

# À procura de vizinhos nobres

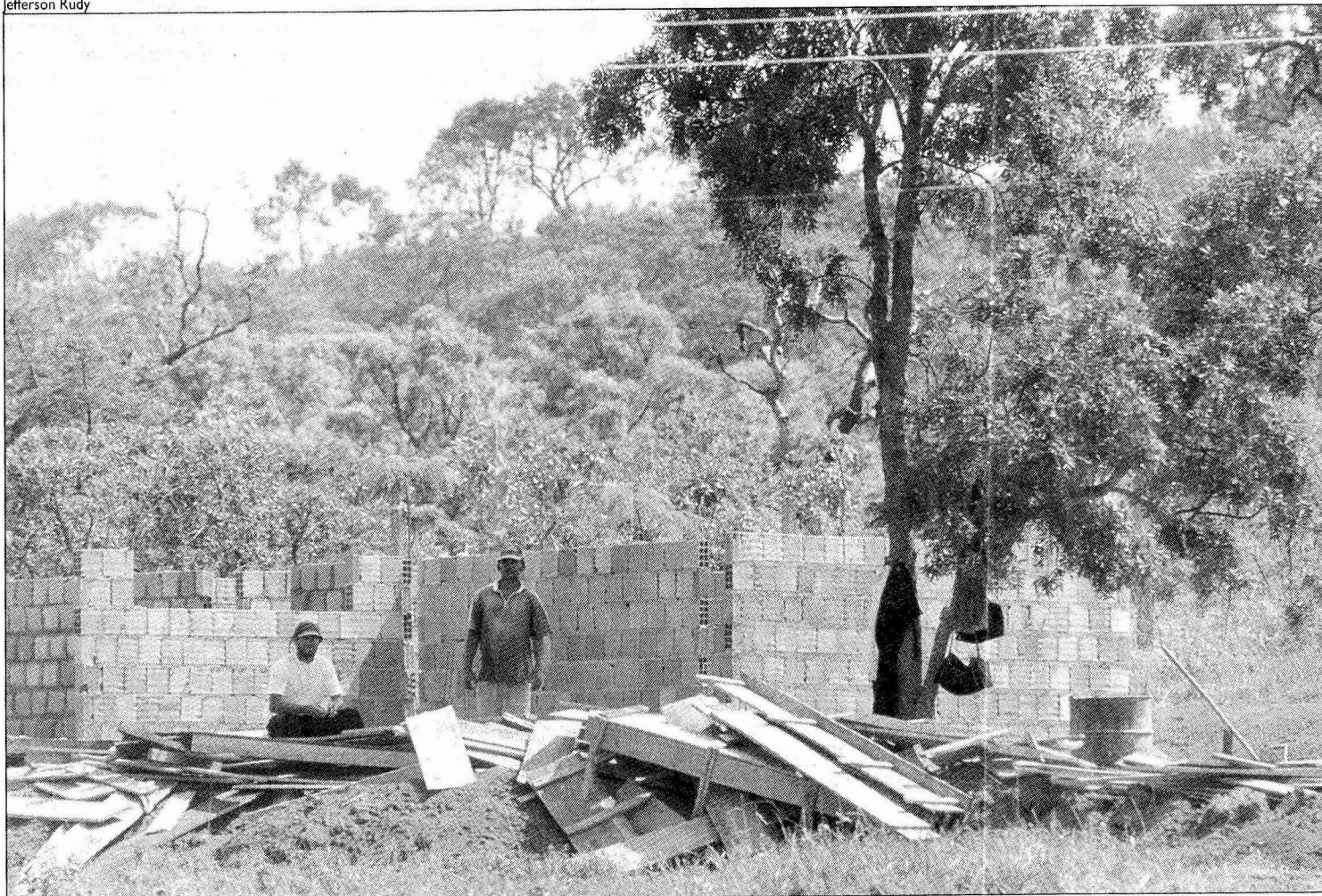
A vista para o lago é linda. Ao longe, do outro lado da superfície tranqüila das águas, estão os edifícios do Plano Piloto. No local ainda há muita área verde e o clima é mais ameno do que em outras partes. Além do mais, são apenas 20 minutos, no máximo, até o centro do Plano Piloto. A pista asfaltada e com transporte público está à porta. Acrescenta-se uma vizinhança mais que seleta — poucos têm acesso aos preços de uma mansão no Lago Norte.

Com tantos atrativos assim, é praticamente irresistível aos loteadores de Brasília armar mais um condomínio irregular em área pública. O velhíssimo esquema parece estar novamente em curso no Distrito Federal. A Delegacia do Meio Ambiente (Dema) investiga a criação de mais um parcelamento irregular do solo no Trecho 10 do Lago Norte, mais especificamente na chácara 250, em terras que pertenceriam à Terracap.

No último dia 15, fiscais do Sistema de Vigilância do Solo (SivSolo) e policiais da Dema fizeram uma vistoria na chácara 250 e apreenderam um trator que supostamente estaria abrindo um arruamento no local. Kléber Maia de Oliveira, que administra o local, foi conduzido à delegacia e prestou depoimento. “Agora, aguardamos o laudo pericial que dirá se se trata de parcelamento do solo ou não. E vamos instaurar um inquérito policial”, informa o delegado Carlos Lúcio Ferreira da Silva, titular da Dema.

Mesmo depois da apreensão do trator e dos procedimentos policiais no local, as construções continuam sendo erguidas. Uma delas já tem as paredes levantadas. A outra está no alicerce. Uma equipe de oito operários trabalha no local a todo vapor. Caminhões e outros veícu-

Jefferson Rudy



Apesar da Delegacia de Meio Ambiente ter feito vistoria na área e apreendido um trator, as construções na chácara 250 do Trecho 10 continuam

los mantêm o trânsito na área.

“Em dois dias nós levantamos essas paredes”, informou um operário que se identificou apenas como Antônio. Ele negou que ali houvesse um condomínio. “O que estamos construindo aqui é um haras (local para criação de cavalos de raça)”, diz Antônio. E afirmou que o responsável pelo local se chamava Kléber.

Nas outras chácaras, os vizinhos contam que a movimentação no possível condomínio é intensa no fim de semana. Seriam visitas de supostos compradores. Com medo de represálias, eles preferem não identificar-se. Mas informam ter ouvi-

do comentários sobre a venda de lotes “para gente graúda, políticos, empresários, policiais”. Os lotes seriam de 1.500m<sup>2</sup> e estariam sendo vendidos ao preço de R\$ 50 mil.

A Delegacia do Meio Ambiente, a Secretaria de Assuntos Fundiários e o SivSolo também registraram movimentação semelhante no Trecho 13 do Lago Norte, em área conhecida como Toca da Onça. Kléber Maia também estaria envolvido

no negócio.

“A Terracap diz que a terra é pública. Já os empreendedores dizem ter documentos com a cessão de posse da terra. Essa é uma questão que a Justiça é quem decide”, explica o delegado Carlos

Lúcio, da Dema. Juridicamente, cessões de posse de nada valem. Só se prova a propriedade da terra com escrituras autênticas.

As escrituras de terras no DF são difíceis de se conseguir des-

de o tempo da construção de Brasília. Muitas fazendas foram desapropriadas e não foram pagas. Algumas foram desapropriadas e pagas, mas não se sabe a área exata e, como estão na vizinhança de outras terras em situação duvidosa, a questão se arrasta na Justiça por anos, o que acaba beneficiando os compradores de lotes e os vendedores.

Mas a autoridade policial afiança: “Seja terra particular ou pública, o parcelamento do solo sem licença da autoridade competente é crime do mesmo jeito. O fato não morreu ali, na visita que fizemos ao local. A investigação continua.”

